



RELATÓRIO E CONTAS

2021

**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
DOS BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS DA TROFA**



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA
DOS
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

Malina

SEDE

Rua D. Pedro V
4785-306 TROFA

TELEFONES

252 400 700
919 523 770
965 625 092

FAX

252 400 709 - Direcção
252 400 707 - Comando

E-MAIL

geral@bombeirostrofa.pt
direccao@bombeirostrofa.pt
comando@bombeirostrofa.pt

*

Filiada na
Liga dos Bombeiros Portugueses

*

Diploma de Honra e Distinção do
Serviço Nacional de Bombeiros
01/11/1995

*

Medalha de Ouro da Câmara Municipal
da Trofa
30/09/2001

*

Medalha de Serviços Distintos Grau
Ouro da Liga dos Bombeiros
Portugueses
30/09/2001

*

Geminada com a Associação dos
Bombeiros Voluntários de Portimão



SERVIÇOS SOCIAIS

Creche e Jardim de Infância
Rua Defensores da Barca, 60
4785-302 TROFA

TELEFONE

252 417 513

FAX

252 419 698

E-MAIL

infantario@bombeirostrofa.pt

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 480/77 DE 7 DE NOVEMBRO) | CONTRIBUINTE N.º 501 424 229

REGISTADA NA CONSERVATÓRIA R. C. DE SANTO TIRSO SOB O N.º 3050310

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

António Manuel Silva e Sousa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, vem ao abrigo do disposto nos artigos 44º e 47º nº2 alínea c) dos Estatutos da Associação, convocar os senhores associados para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia 24 de Março de 2022, pelas 20:30 horas, no Salão Nobre da Associação, sita na Rua D. Pedro V, cidade da Trofa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto um: Leitura e aprovação da Ata da reunião anterior;

Ponto dois: Apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2021;

Ponto três: Outros assuntos de interesse para a Associação.

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número suficiente de Associados, a mesma funcionará, meia hora depois, conforme o disposto no artigo 49º.

Trofa, 18 de Fevereiro de 2022

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

António Manuel Silva e Sousa

(António Manuel Silva e Sousa, Eng.)



ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA

SEDE

Rua D. Pedro V
4785-306 TROFA

TELEFONES

252 400 700
919 523 770
965 625 092

FAX

252 400 709 - Direção
252 400 707 - Comando

E-MAIL

geral@bombeirostrofa.pt
direccao@bombeirostrofa.pt
comando@bombeirostrofa.pt

*

Filiada na
Liga dos Bombeiros Portugueses

*

Diploma de Honra e Distinção do
Serviço Nacional de Bombeiros
01/11/1995

*

Medalha de Ouro da Câmara Municipal
da Trofa
30/09/2001

*

Medalha de Serviços Distintos Grau
Ouro da Liga dos Bombeiros
Portugueses
30/09/2001

*

Geminada com a Associação dos
Bombeiros Voluntários de Portimão



SERVIÇOS SOCIAIS

Creche e Jardim de Infância
Rua Defensores da Barca, 60
4785-302 TROFA

TELEFONE

252 417 513

FAX

252 419 698

E-MAIL

infantario@bombeirostrofa.pt

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 460/77 DE 7 DE NOVEMBRO) | CONTRIBUINTE N.º 501 424 229
REGISTADA NA CONSERVATÓRIA R. C. DE SANTO TIRSO SOB O N.º 3/950310

Exma. Mesa da Assembleia Geral,

Dando cumprimento ao estipulado na alínea d), ponto 56.º dos Estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, a Direção vem apresentar, à Mesa da Assembleia Geral, o Relatório e Contas de Gerência bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao ano de 2021, para análise, discussão, apreciação e votação da Assembleia Geral a realizar no próximo dia 24 de março de 2022, no Salão Nobre desta Instituição.

O Presidente da Direção

Luís Manuel Campos Elias, Dr.



Índice

Relatório de Gestão	4
1. Órgãos Sociais	5
2. Enquadramento Macroeconómico em 2021 e Perspetivas de Evolução.....	6
3. Instituição	7
4. Resultados das atividades desenvolvidas.....	8
5. Investimentos	8
6. Análise da Situação Económica e Financeira.....	8
7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício	12
8. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras.....	12
9. Informações exigidas por diplomas legais.....	12
10. Evolução previsível da entidade	13
11. Proposta de aplicação de resultados.....	13
12. Outras informações	13
13. Encerramento	13
Balanço Analítico.....	14
Demonstração de Resultados por Naturezas	15
Demonstração dos Fluxos de Caixa	16
Demonstração das alterações nos Fundos Próprios	17
Anexo	18
1. Identificação da entidade	19
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	19
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	20
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	26
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	26
6. Investimentos Financeiros.....	27
7. Créditos a receber	28
8. Estado e Outros Entes Públicos	28
9. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	29
10. Outros Ativos Correntes.....	29
11. Diferimentos.....	29
12. Caixa e Depósitos Bancários	30
13. Fundos Patrimoniais	30
14. Financiamentos Obtidos.....	30
15. Fornecedores	31



16.	Outros Passivos Correntes	31
17.	Serviços prestados	32
18.	Subsídios, doações e legados à exploração	32
19.	Custo das matérias consumidas	33
20.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	33
21.	Gastos com o pessoal	34
22.	Outros Rendimentos	34
23.	Outros Gastos.....	34
24.	Resultados Financeiros	35
25.	Garantias prestadas.....	35
26.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	35
27.	Matérias ambientais	35
28.	Acontecimentos após data de Balanço	35
29.	Aplicação do Resultado Líquido	36
30.	Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras	36



Relatório de Gestão

No cumprimento das disposições Estatutárias, a Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa vem apresentar e submeter à apreciação a Conta de Gerência relativa ao exercício de 2021.

Este relatório tem como objetivos:

- **Explicitar** os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Associação, no que concerne ao desempenho económico e financeiro, nos domínios dos rendimentos/receitas, dos gastos/despesas e de tesouraria;
- **Apresentar** a situação económica e financeira relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores da atividade, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto, médio e longo prazo e condições de funcionamento;
- **Mostrar** as demonstrações financeiras do exercício de 2021, elaboradas no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

1. Órgãos Sociais

Biénio 2021/2022

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE:	António Manuel Silva e Sousa, Eng.º
VICE-PRESIDENTE:	Filipe de Oliveira Reis, Dr.
SECRETÁRIO:	Fernando Ribeiro Teixeira
SUPLENTE:	José da Silva Oliveira
SUPLENTE:	Manuel Monteiro Fonseca Borges

DIREÇÃO

PRESIDENTE:	Luís Manuel Campos Elias, Dr.
VICE-PRESIDENTE:	Manuel António Lopes Carvalhal
VICE-PRESIDENTE:	Maria Hermínia Costa Silva Almeida
VICE-PRESIDENTE:	Nuno Miguel Lopes Costa Freitas, Eng.º
SECRETÁRIO:	Humberto Reis Silva
SECRETÁRIO ADJ:	Filipe Manuel Azevedo Marinho, Eng.º
TESOUREIRO:	Jorge Manuel Magalhães Ferreira
VOGAL:	Jorge Humberto Campos Cruz Reis, Eng.º
VOGAL:	Fernando Gaspar Reis Ferreira
SUPLENTE:	Fernando Jorge Dias Costa
SUPLENTE:	Paulino Celestino Ferreira Lima
SUPLENTE:	Eurico Manuel Silva Ferreira, Cm
SUPLENTE:	Manuel Dias da Costa

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE:	José Luís Campos Reis, Dr.
VICE-PRESIDENTE:	Fernando Ferreira Neves
SECRETÁRIO:	Maria Helena Gonçalves Fontes, Dr. ^a
SUPLENTE:	Maria Fernanda Sousa Ferraz, Dr. ^a
SUPLENTE:	Marco Aurélio Martins Carvalho, Eng.º

CONSELHO SUPERIOR

Cândido Fernandes Pinheiro
João de Castro Gomes
Júlio Maia Moreira Dias
António José Gomes Dias Leitão
Amadeu de Castro Pinheiro, Cm
Américo Raposeira Cerdeiras



2. Enquadramento Macroeconómico em 2021 e Perspetivas de Evolução

Após uma queda histórica do PIB em 2020 (-8,4%), a economia portuguesa registou uma recuperação forte (4,9%) e para 2022 prevê-se um crescimento de 5,8%¹, mantendo um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024. A atividade económica retoma valores anteriores à crise na primeira metade de 2022, mas com uma recuperação assimétrica em termos setoriais. Em 2024 a atividade situar-se-á cerca de 7% acima de 2019, implicando perdas contidas face à tendência projetada antes da pandemia.

A economia portuguesa enfrenta importantes desafios nos próximos anos, sendo a resposta de política crucial para um crescimento sustentado e uma retoma da convergência com a Europa. A previsibilidade dos processos de decisão de política económica (monetária, orçamental, regulatória) é essencial para contrabalançar o aumento de incerteza que caracteriza os processos de saída de crises económicas. No período atual esta incerteza é acrescida pela necessidade de controlo da pandemia.

A execução eficiente dos projetos associados ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e a implementação das reformas associadas constituem fatores essenciais, pelos efeitos multiplicadores sobre a atividade e impacto sobre o crescimento potencial. Esta é uma oportunidade única para potenciar o ritmo de crescimento de longo prazo da economia portuguesa num contexto em que o impacto direto no endividamento nacional é essencialmente nulo.

As condições económicas necessárias à reafecção de recursos físicos e humanos decorrentes da transição digital e climática devem ser potenciados, nomeadamente no contexto do PRR. A trajetória de redução do endividamento deve ser retomada, em particular do setor público, após a necessária interrupção na sequência da pandemia.

As tendências demográficas adversas – perspetivando-se a manutenção de saldos naturais negativos e do envelhecimento da população – implicam que o crescimento da força de trabalho nos próximos anos está dependente da capacidade de garantir saldos migratórios positivos, quer pela atração de mão-de-obra estrangeira quer pela retenção dos trabalhadores nacionais. Desde 2017 que estes fluxos são positivos e a sua manutenção ou mesmo reforços constitui um ingrediente crucial para o crescimento sustentado da economia portuguesa.

Finalmente, o aumento das qualificações constitui um objetivo coletivo fundamental. Tal exige um aumento da percentagem dos jovens que terminam pelo menos o ensino secundário e o desenho de políticas ativas que facilitem a adaptação dos trabalhadores às alterações em curso.

A concretização destes objetivos determinará um aumento da produtividade, o único resultado que garante, no contexto dos desafios que a economia portuguesa enfrenta, um crescimento sustentado e inclusivo e o retomar de convergência real com a área do euro.²

¹ Esta previsão poderá ser revista em baixa devido à guerra na Ucrânia

² Fonte: Banco de Portugal

3. Instituição

A Associação

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, fundada a 30 de setembro de 1976, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto-Lei nº. 460/77, de 07 de novembro, tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção e prevenção de incêndios, assim como a prestação de serviços, nomeadamente de transporte de doentes a consultas e tratamentos médicos.

Exerce também uma atividade de carácter social de apoio à infância, em instalações autónomas, onde funcionam a Creche e Jardim de Infância.

Recursos Humanos

Indicadores gerais relativos aos Recursos Humanos no biénio 2020/2021:

Análise recursos humanos

Recursos humanos	2021	2020
Número de trabalhadores no final do período	60	60
Gastos com o pessoal (€)	965.111,89	943.832,71
Gastos médios por trabalhador (€)	16.085,20	15.730,55
VAB por trabalhador (€)	18.117,58	17.841,53
Potencial máximo anual (horas de trabalho)	108.686	108.686
Número de horas trabalhadas	90.015	80.468

Estrutura Interna

Distribuição dos colaboradores a 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Distribuição colaboradores por valência

	Colaboradores	
	2021	2020
Associação Humanitária	39	40
Bombeiros	23	26
Equipa de Intervenção Permanente	10	5
Serviços Gerais	3	5
Serviços Administrativos	3	3
Estagiários	0	1
Creche/Jardim de Infância	21	20
Diretor	2	1
Educadoras	5	5
Ajudantes Ação Educativa	8	8
Serviços Gerais (cozinha/limpeza)	5	5
Serviços Administrativos	0	1
Estagiários	1	0
Total	60	60



4. Resultados das atividades desenvolvidas

As atividades desenvolvidas pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa em 2021 comparativamente a 2020 resumem-se no quadro abaixo:

Análise resultados		Unidade monetária: euros		
Resultado das operações	Montante		Variação	
	2021	2020	Valor	2021/2020
Volume de negócios	814.913,75	852.215,20	(37.301,45)	-4%
Outros rendimentos e gastos operacionais	(621.614,22)	(594.554,92)	(27.059,30)	5%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	193.299,53	257.660,28	(64.360,75)	-25%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(231.524,21)	(249.010,66)	17.486,45	-7%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	(38.224,68)	8.649,62	(46.874,30)	-542%
Resultado antes de imposto (RAI)	(39.489,65)	8.649,62	(48.139,27)	-557%
Imposto sobre rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0%
Resultado líquido do período	(39.489,65)	8.649,62	(48.139,27)	-557%

5. Investimentos

A grande fatia do investimento em 2021, cerca de 75%, foi na compra de duas viaturas: um Veículo Urbano Combate a Incêndios (VUCI) - € 213.025,00 (76-VQ-84) - e um Veículo Apoio Logístico Estratégico (VALE) - € 83.000,00 (16-XS-69).

6. Análise da Situação Económica e Financeira

Análise da estrutura e de custos

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício, estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvida cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Os Fundos Patrimoniais reconhecem a diferença entre o Ativo e o Passivo.

A estrutura e evolução patrimonial da Associação é a que a seguir se apresenta:

Estrutura e evolução patrimonial					Unidade monetária: euros
Descrição	2021		2020		Variação
	Valor	Valor relativo	Valor	Valor relativo	Valor
Ativo não corrente	2.632.997,98	75%	2.458.455,87	76%	174.542,11
Inventários	0,00	0%	0,00	0%	0,00
Contas a receber	217.034,20	6%	402.868,59	12%	(185.834,39)
Disponibilidades	662.254,67	19%	382.607,05	12%	279.647,62
Diferimentos	12.358,83	0%	12.068,04	0,4%	290,79
Ativo	3.524.645,68	100%	3.255.999,55	100%	268.646,13
Fundos Patrimoniais	3.109.597,96	101%	3.031.792,81	100%	77.805,15
Resultado Líquido	(39.489,65)	-1,3%	8.649,62	0,3%	(48.139,27)
Fundos Próprios	3.070.108,31	100%	3.040.442,43	100%	29.665,88
Contas a pagar-não corrente	219.296,10	48%	0,00	0%	219.296,10
Contas a pagar-corrente	235.241,27	52%	215.557,12	100%	19.684,15
Diferimentos	0,00	0%	0,00	0%	0,00
Passivo	454.537,37	100%	215.557,12	100%	238.980,25

Demonstração de Resultado por Naturezas

No que respeita à atividade desenvolvida ao longo do ano económico, verificou-se um total de gastos no montante de 1.662.157,69 euros e de rendimentos no valor de 1.622.668,04 euros. Desta situação, apurou-se um resultado negativo no montante de 39.489,65 euros.

Demonstração de resultados					Unidade monetária: euros
Descrição	2021		2020		
	Valor	Valor relativo	Valor	Valor relativo	
Gastos					
Custo das matérias consumidas	16.207,20	0,98%	11.115,98	0,67%	
Fornecimentos e serviços externos	416.254,36	25,04%	456.302,46	27,34%	
Gastos com o pessoal	965.111,89	58,06%	943.832,71	56,55%	
Gastos de depreciação e amortização	231.524,21	13,93%	249.010,66	14,92%	
Outros gastos e perdas	33.060,03	1,99%	8.760,82	0,52%	
Total	1.662.157,69		1.669.022,63		
Rendimentos					
Prestações de serviços	814.913,75	50,22%	852.215,20	50,80%	
Subsídios, doações e legados à exploração	704.602,34	43,42%	685.695,12	40,87%	
Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	
Outros rendimentos e ganhos	103.151,95	6,36%	139.761,93	8,33%	
Total	1.622.668,04		1.677.672,25		
Resultado antes de impostos	-39.489,65		8.649,62		

Uma análise de estrutura permite-nos concluir que, em termos de gastos, o maior peso se concentra nos Gastos com Pessoal (58%), seguido dos Fornecimentos e Serviços Externos (25%). Relativamente aos rendimentos, sublinhe-se a diminuição em cerca de € 37.300,00 do volume das Prestações de Serviços relativamente a 2020 e ao aumento em cerca de € 18.900,00 dos Subsídios à Exploração.

Fornecimentos e Serviços Externos:

Unidade monetária: euros

Descrição	Montante		Variação	
	2021	2020	Valor	2021/2020
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(5)/(4)
62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	416.254,36	456.302,46	-40.048,10	-8,78%
621 SUBCONTRATOS	0,00	0,00		
622 <i>Serviços especializados</i>	150.279,28	200.455,04	-50.175,76	-25,03%
6221 Trabalhos especializados	18.227,40	22.471,63	-4.244,23	-18,89%
6222 Publicidade e propaganda	0,00	0,00	0,00	0,00%
6223 Vigilância e segurança	1.569,47	1.482,31	87,16	5,88%
6224 Honorários	20.614,46	19.374,02	1.240,44	6,40%
6225 Comissões	8.788,64	9.577,48	-788,84	-8,24%
6226 Conservação e reparação	98.467,30	145.260,60	-46.793,30	-32,21%
6227 Serviços bancários	2.612,01	1.821,60	790,41	43,39%
6228 Outros serviços especializados	0,00	467,40	-467,40	-100,00%
623 <i>Materiais</i>	21.859,28	21.043,56	815,72	3,88%
6231 Ferramentas e utensílios desgaste rápido	5.022,83	7.200,97	-2.178,14	-30,25%
6232 Livros e documentação técnica	0,00	0,00	0,00	0,00%
6233 Material de escritório	4.157,41	3.536,31	621,10	17,56%
6235 Medicamentos e material enfermagem	11.820,99	8.485,79	3.335,20	39,30%
6236 Produtos limpeza pavimentos	858,05	169,74	688,31	405,51%
6237 Materiais combate fogos florestais	0,00	1.632,98	-1.632,98	-100,00%
6238 Outros materiais	0,00	17,77	-17,77	-100,00%
624 <i>Energia e fluidos</i>	149.594,30	135.752,64	13.841,66	10,20%
6241 Eletricidade	27.435,47	26.060,89	1.374,58	5,27%
6242 Combustíveis	106.768,95	93.908,69	12.860,26	13,69%
6243 Água	5.794,92	7.688,86	-1.893,94	-24,63%
6248 Gás	9.594,96	8.094,20	1.500,76	18,54%
625 <i>Deslocações, estadas e transportes</i>	2.010,73	1.700,62	310,11	18,24%
6251 Deslocações e estadas	230,80	1.224,47	-993,67	-81,15%
6254 Portagens	511,22	424,35	86,87	20,47%
6255 Despesas alimentação	1.268,71	51,80	1.216,91	2349,25%
626 <i>Serviços diversos</i>	92.510,77	97.350,60	-4.839,83	-4,97%
6261 Rendas e alugueres	7.844,86	5.643,10	2.201,76	39,02%
6262 Comunicação	10.088,88	9.819,28	269,60	2,75%
6263 Seguros viaturas, saúde, multiriscos, etc.	39.944,07	44.246,90	-4.302,83	-9,72%
6264 Solenidades e festas	9.294,67	946,61	8.348,06	881,89%
6265 Contencioso e notariado	1.879,22	2.378,57	-499,35	-20,99%
6266 Despesas de representação	400,00	450,00	-50,00	-11,11%
6267 Limpeza, higiene e conforto	18.347,37	31.652,14	-13.304,77	-42,03%
6268 Outros serviços	4.711,70	2.214,00	2.497,70	112,81%

Esta rubrica, quando comparada com igual período do ano anterior, apresenta uma diminuição, em termos de valor de € 40.048,10, ou seja, cerca menos de 9% relativamente a 2020.

Gastos com o Pessoal:

Unidade monetária: euros

Descrição	Montante		Variação		
	2021	2020	Valor	2021/2020	
	(1)	(4)	(3) = (1)-(4)	(5)/(4)	
63	GASTOS COM PESSOAL	965.111,89	943.832,71	21.279,18	2,25%
632	Remunerações ao pessoal	766.708,89	751.706,85	15.002,04	2,00%
634	Indemnizações	11.622,66	7.279,92	4.342,74	59,63%
635	Encargos sobre remunerações	142.552,28	137.057,28	5.495,00	4,01%
636	Seguros de acidentes de trabalho	13.185,99	15.963,46	-2.777,47	-17,40%
638	Outros gastos com o pessoal	31.042,07	31.825,20	-783,13	-2,46%

Os Gastos com o Pessoal, em 2021, totalizaram € 965.111,89, um aumento de 2,25% relativamente a 2020.

Rendimentos e Ganhos:

Unidade monetária: euros

Descrição	Montante		Variação		
	2021	2020	Valor	2020/2019	
	(1)	(4)	(5) = (1)-(4)	(5)/(4)	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	814.913,75	852.215,20	-37.301,45	-4,38%
75	Subsídios, doações e legados à exploração	704.602,34	685.695,12	18.907,22	2,76%
78	Outros rendimentos e ganhos	103.100,81	139.504,41	-36.403,60	-26,09%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos	51,14	257,52	-206,38	-80,14%

Relativamente a 2020, a rubrica Prestações de Serviços teve uma diminuição de € 37.301,45, correspondente a cerca de -4.4%.

O valor dos Subsídios à Exploração, quando comparada com igual período do ano anterior, apresenta uma variação positiva de 2,7%, correspondendo a mais € 18.907,22.

A diminuição no valor da rubrica Outros rendimentos e ganhos (€ -36.403,60) é explicada pela diminuição, na mesma medida, do valor da conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos.

Indicadores económico-financeiros

A Associação continua a usufruir de um equilíbrio financeiro como pode ser observado no quadro seguinte:

Balanço funcional

Unidade monetária: euros

Descrição		2021	2020
Ativos não correntes	1	2.632.997,98	2.458.455,87
Passivos não correntes	2	219.296,10	0,00
Fundos Patrimoniais	3	3.070.108,31	3.040.442,43
Fundo de maneio	4 = 2 + 3 - 1	656.406,43	581.986,56
Caixa e equivalentes de caixa	5	662.254,67	382.607,05
Dívida financeira corrente	6	30.703,90	0,00
Tesouraria líquida	7 = 5 - 6	631.550,77	382.607,05
Necessidades cíclicas - Restantes ativos correntes	8	229.393,03	414.936,63
Recursos cíclicos - Restantes passivos correntes	9	235.241,27	215.557,12
Necessidades de fundo de maneio	10 = 8 - 9	-5.848,24	199.379,51



Relativamente aos Meios Libertos e ao Valor Acrescentado Bruto, os montantes obtidos foram os seguintes:

Valor acrescentado bruto

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Resultado de Exploração	(135.650,61)	(128.450,19)
Meios Libertos Brutos de Exploração	95.873,60	120.560,47
Meios Libertos Brutos de Totais (EBITDA)	193.299,53	257.660,28
Meios Libertos Líquidos Totais (Cash-Flow)	192.034,56	257.660,28
Valor Acrescentado Bruto	1.087.054,53	1.070.491,88

Face à atividade desenvolvida e aos resultados obtidos, podemos considerar que os indicadores financeiros continuam sólidos:

Descrição		2021	2020
Autonomia Financeira	Percentagem	87,10	93,38
Liquidez Geral	Unidade	3,79	3,70
Liquidez Reduzida	Unidade	3,79	3,70
Liquidez Imediata	Unidade	2,82	1,77
Solvabilidade	Unidade	6,75	14,11
Rácio de Endividamento	Percentagem	12,90	6,62

7. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

8. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção, em 09 de março de 2022.

9. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado, em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

10. Evolução previsível da entidade

Em face do cenário macro económico e da evolução da pandemia, seria previsível um retorno de atividade para os níveis de 2019 e, assim, reforçar as iniciativas sociais e respetivo aumento do volume de negócios.

Entretanto, o desflorar da guerra na Ucrânia está a provocar um aumento, muito acentuado, nos preços dos bens e serviços, com especial incidência no setor energético e, consequentemente, em todos os outros setores económicos. Este aumento acentuado da inflação poderá provocar um período, mais ou menos longo, de indefinição e instabilidade no rumo traçado por todas as entidades - governamentais, não-governamentais, públicas ou privadas - incluindo a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa.

No entanto, objetivos centrais da Associação, espelhados nos seus Estatutos, foram, e serão sempre assegurados, mesmo quando a conjuntura social e económico-financeira não seja a mais favorável.

11. Proposta de aplicação de resultados

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa apresentou um resultado líquido negativo no montante de trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos (€ -39.489,65).

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício de 2021 seja transferido para a conta “Resultados Transitados”.

12. Outras informações

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

13. Encerramento

A Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa aproveita a oportunidade para agradecer a todos os trabalhadores e voluntários pelo elevado sentido profissional, dedicação, lealdade e capacidade na preservação de valor que permitiu manter a continuidade de um serviço com a mesma qualidade e competência, bem como a colaboração prestada por todos os fornecedores e restantes entidades públicas e privadas que com ela se relacionaram.

Trofa, 09 de março de 2022

O Presidente da Direção,



(Luís Manuel Campos Elias, Dr.)

Balanço Analítico

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

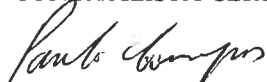
BALANÇO DE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.626.652,27	2.453.773,79
Investimentos financeiros	6	6.345,71	4.682,08
Subtotal		2.632.997,98	2.458.455,87
Ativo corrente			
Créditos a receber	7	93.124,27	196.813,24
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros Entes Públicos	8	5.986,07	24.293,89
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	14.687,96	12.848,00
Outros ativos correntes	10	103.235,90	168.913,46
Diferimentos	11	12.358,83	12.068,04
Caixa e Depósitos Bancários	12	662.254,67	382.607,05
Subtotal		891.647,70	797.543,68
Total do ativo		3.524.645,68	3.255.999,55
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	539.318,32	539.318,32
Resultados transitados	13	1.944.150,02	1.935.500,40
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	626.129,62	556.974,09
Resultado Líquido do Período		(39.489,65)	8.649,62
Total dos fundos patrimoniais		3.070.108,31	3.040.442,43
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	219.296,10	-
Subtotal		219.296,10	-
Passivo corrente			
Fornecedores	15	58.579,73	44.573,60
Estado e outros Entes Públicos	8	21.890,96	33.744,67
Financiamentos obtidos	14	30.703,90	-
Outros passivos correntes	16	124.066,68	137.238,85
Subtotal		235.241,27	215.557,12
Total do passivo		454.537,37	215.557,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.524.645,68	3.255.999,55

Trofa, 31 de Dezembro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração de Resultados por Naturezas

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Exercício	
		2021	2020
Serviços prestados	17	814.913,75	852.215,20
Subsídios, doações e legados à exploração	18	704.602,34	685.695,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(16.207,20)	(11.115,98)
Fornecimentos e serviços externos	20	(416.254,36)	(456.302,46)
Gastos com o pessoal	21	(965.111,89)	(943.832,71)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(26.069,04)	(6.098,70)
Outros rendimentos	22	103.151,95	139.761,93
Outros gastos	23	(5.726,02)	(2.662,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		193.299,53	257.660,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(231.524,21)	(249.010,66)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(38.224,68)	8.649,62
Juros e gastos similares suportados	24	(1.264,97)	-
Resultados antes de impostos		(39.489,65)	8.649,62
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(39.489,65)	8.649,62

Trofa, 31 de Dezembro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	Notas	Exercício	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		832.320,99	811.140,61
Pagamento a fornecedores		(480.715,88)	(524.858,61)
Pagamentos ao pessoal		(601.023,56)	(635.914,86)
Caixa gerada pelas operações		(249.418,45)	(349.632,86)
Outros recebimentos/pagamentos		552.805,27	364.905,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		303.386,82	15.272,67
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(417.767,55)	(540.536,61)
Investimentos financeiros		(1.552,70)	(1.633,00)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		133.316,63	96.931,18
Outros Ativos		1.726,30	
Juros e rendimentos similares		51,14	257,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(284.226,18)	(444.980,91)
Fluxos de caixa da atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		250.000,00	
Doações		11.751,95	10.552,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		(15,00)	
<i>Juros e gastos similares</i>		(1.249,97)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		260.486,98	10.552,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		279.647,62	(419.156,24)
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	382.607,05	801.763,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	662.254,67	382.607,05

Trofa, 31 de Dezembro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO



Demonstração das alterações nos Fundos Próprios

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	539.318,32	1.879.116,66	521.152,83	56.383,74	2.995.971,55	2.995.971,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	56.383,74	35.821,26	(56.383,74)	35.821,26	35.821,26
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				8.649,62	8.649,62	8.649,62
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				(47.734,12)	44.470,88	44.470,88
	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	6=1-2+3	539.318,32	1.935.500,40	556.974,09	8.649,62	3.040.442,43	3.040.442,43

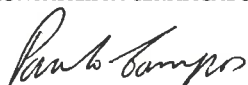
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	539.318,32	1.935.500,40	556.974,09	8.649,62	3.040.442,43	3.040.442,43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	8.649,62	69.155,53	(8.649,62)	69.155,53	69.155,53
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(39.489,65)	(39.489,65)	(39.489,65)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				48.139,27	29.665,88	29.665,88
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	539.318,32	1.944.150,02	626.129,62	(39.489,65)	3.070.108,31	3.070.108,31

Trofa, 31 de Dezembro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO





Anexo

1. Identificação da entidade

A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA é uma instituição sem fins lucrativos, fundada a 30 de setembro de 1976, reconhecida de utilidade pública pelo Decreto-lei n.º 460/77, de 07 de novembro de 1977 e tem sede na Rua D. Pedro V, 4785-306 Trofa.

Para a prossecução dos seus objetivos, desenvolve as seguintes atividades:

- Proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção e prevenção de incêndios;
- Prestação de serviços de transporte de doentes a consultas e tratamentos médicos;
- Exercício de atividade de caráter social de apoio à infância em Creche e Jardim de Infância;
- Outras atividades de apoio à comunidade, como por exemplo lúdicas, museu e biblioteca.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2021 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.1. Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.2. Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo reconhecidos contabilisticamente e apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidos nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um exercício para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificarem a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos em serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias mais complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.7. Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.8. Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.9. Representação fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.10. Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento.

3.1.11. Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.12. Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos significativos que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas nem provisões excessivas.

3.1.13. Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao exercício anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Com exceção da rubrica “edifícios e outras construções”, os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente reconhecidos, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são reconhecidas como gastos no exercício em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-50
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	2-4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”

3.2.2. Clientes e Outros Ativos Correntes

Os “Clientes” e os “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

3.2.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.4. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são reconhecidos pelo seu valor nominal que é substancialmente idêntico ao seu justo valor.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos patrimoniais” são compostos por: (i) fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros; (ii) fundos acumulados e outros excedentes; (iii) subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável que permita atividades presentes e futuras, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.



3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente e interprofissionalismo agroalimentar.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87 do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de N-3 a N ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda

incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao exercício, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o exercício seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no exercício em que ocorreram.

3.2.9. Subsídios e Outros Apoios de Entidades Públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre todas as condições para o receber.

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são imputados à demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.10. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem e a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os recebimentos referentes a financiamentos obtidos através de empréstimos obtidos e doações bem como o pagamento de juros e gastos similares respeitantes a financiamentos obtidos.

3.2.11. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração de Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.12. Julgamentos e Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor



conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.13. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

A Quantia escriturada bruta, as Depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos exercícios indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram apuradas de acordo com o seguinte quadro:

5.1. Outros Ativos Fixos Tangíveis

	2020				Unidade monetária: euros
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2020
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	2.688.418,63	473.514,25	-	1.002,06	3.162.934,94
Equipamento básico	1.524.834,56	144.886,67	(13.000,00)	4.423,90	1.661.145,13
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	170.467,62	10.087,59	-	66.597,08	247.152,29
Outros Ativos fixos tangíveis	45.893,46	7.313,29	-	53.017,21	106.223,96
Ativos Fixos tangíveis em curso	39.448,30	4.120,50	-	(39.448,30)	4.120,50
Total (A)	4.469.062,57	639.922,30	(13.000,00)	85.591,95	5.181.576,82
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	963.243,98	77.236,53	-	1.002,06	1.041.482,57
Equipamento básico	1.231.249,51	156.429,45	(13.000,00)	4.421,82	1.379.100,78
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	137.722,71	11.891,95	-	66.597,08	216.211,74
Outros Ativos fixos tangíveis	34.538,00	3.452,73	-	53.017,21	91.007,94
Total (B)	2.366.754,20	249.010,66	-	125.038,17	2.727.803,03
Quantia Escriturada (A-B)	2.102.308,37	390.911,64	(13.000,00)	(39.446,22)	2.453.773,79

2021

Unidade monetária: euros

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2021
Custo					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	3.162.934,94	10.018,64	-	-	3.172.953,58
Equipamento básico	1.661.145,13	365.447,86	(26,99)	-	2.026.566,00
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	247.152,29	9.310,60	-	-	256.462,89
Outros Ativos fixos tangíveis	106.223,96	8.856,38	-	-	115.080,34
Ativos Fixos tangíveis em curso	4.120,50	10.854,75	-	-	14.975,25
Total (A)	5.181.576,82	404.488,23	(26,99)	-	5.586.038,06
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1.041.482,57	84.004,59	-	-	1.125.487,16
Equipamento básico	1.379.100,78	128.907,96	(26,99)	(0,02)	1.507.981,73
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	216.211,74	14.808,61	-	85,50	231.105,85
Outros Ativos fixos tangíveis	91.007,94	3.803,05	-	0,06	94.811,05
Total (B)	2.727.803,03	231.524,21	(26,99)	85,54	2.959.385,79
Quantia Escriturada (A-B)	2.453.773,79	172.964,02	-	(85,54)	2.626.652,27

Incluídos no valor das aquisições de Equipamento Básico, estão duas viaturas: um Veículo Urbano Combate a Incêndios (VUCI) - € 213.025,00 - e um Veículo Apoio Logístico Estratégico (VALE) - € 83.000,00.

6. Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Investimentos Financeiros” apresentava os seguintes valores:

	Unidade monetária: euros			
Descrição	31.12.2020	Aumentos	Diminuições	31.12.2021
Outros Investimentos Financeiros	4.682,08	1.663,63	-	6.345,71
Fundo de Compensação do Trabalho	4.682,08	1.663,63	-	6.345,71
Total	4.682,08	1.663,63	-	6.345,71

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar entregas de 1% sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.



7. Créditos a receber

Para os exercícios de 2021 e 2020, a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c	93.124,27	196.813,24
Clientes e utentes	93.124,27	196.813,24
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	32.023,74	-
Clientes e utentes Associação	32.023,74	-
Perdas por imparidade acumuladas	(32.023,74)	-
Sub-Total	93.124,27	196.813,24
Total	93.124,27	196.813,24

Em 2021 foram constituídas imparidades para créditos em mora superior a 24 meses.

Nos exercícios de 2021 e 2020 foram reconhecidas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Clientes e utentes	26.069,04	5.954,70
Outros devedores	-	144,00
Total	26.069,04	6.098,70

8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)	12,79	56,85
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.973,28	24.237,04
Total	5.986,07	24.293,89
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)-Trabalho dependente	3.616,00	5.653,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)-Trabalho independente	419,80	1.876,83
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.611,91	9.126,57
Segurança Social	15.964,93	16.944,56
Fundos de Compensação	278,32	143,71
Total	21.890,96	33.744,67

9. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Para os exercícios findos de 2021 e 2020 esta rubrica encontra-se repartida da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021		2020	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo				
Quotas				
Associados individuais	12.366,96	-	11.710,00	-
Associados empresas	2.321,00	-	1.138,00	-
Total	14.687,96	-	12.848,00	-

10. Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” apresenta a seguinte decomposição:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	52.370,04	59.153,28
ANEPC - Autoridade Nacional Emergência e Proteção Cível	13.375,42	46.019,24
INEM - Instituto Nacional Emergência Médica	4.000,00	-
Câmara Municipal da Trofa - EIP	11.774,16	819,64
IEFP - Instituto Emprego e Formação Profissional	11.305,00	6.604,00
Segurança Social	11.915,46	5.710,40
Outros Devedores	50.865,86	109.760,18
ANEPC - Autoridade Nacional Emergência e Proteção Cível	9.156,41	84.946,91
IEFP - Instituto Emprego e Formação Profissional	12.534,27	15.699,13
Sócios - quotas a realizar	16.522,44	7.550,44
Fornecedores	275,34	1.563,70
Segurança Social	3.227,08	-
Outros Devedores	9.150,32	-
Total	103.235,90	168.913,46

11. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” apresenta os seguintes saldos:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	11.186,29	10.080,84
Rendas a alugueres	-	1.845,67
Licenças	1.172,54	141,53
Total	12.358,83	12.068,04



12. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Caixa	5.561,88	4.112,34
Depósitos à ordem	106.044,04	77.884,31
Depósitos a prazo	550.648,75	300.610,40
Total	662.254,67	382.607,05

13. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Unidade monetária: euros

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	539.318,32	-	-	539.318,32
Resultados transitados	1.935.500,40	8.649,62		1.944.150,02
Outras variações nos fundos patrimoniais	556.974,09	139.923,85	(70.768,32)	626.129,62
Sub-Total	3.031.792,81	148.573,47	(70.768,32)	3.109.597,96
Resultado líquido do período	8.649,62	(39.489,65)	(8.649,62)	(39.489,65)
Total	3.040.442,43	109.083,82	(79.417,94)	3.070.108,31

Unidade monetária: euros

Descrição	Saldo em 01-Jan-2020	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2020
Fundos	539.318,32	-	-	539.318,32
Resultados transitados	1.879.116,66	56.383,74		1.935.500,40
Outras variações nos fundos patrimoniais	521.152,83	141.211,18	(105.389,92)	556.974,09
Sub-Total	2.939.587,81	197.594,92	(105.389,92)	3.031.792,81
Resultado líquido do período	56.383,74	8.649,62	(56.383,74)	8.649,62
Total	2.995.971,55	206.244,54	(161.773,66)	3.040.442,43

14. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2021, o financiamento constante no "Passivo Corrente" e "Não Corrente" encontra-se assim repartido:

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2021		
	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	30.703,90	219.296,10	250.000,00
Total	30.703,90	219.296,10	250.000,00

A exigibilidade deste empréstimo pode ser assim resumida:

Empréstimos Bancários

Unidade monetária: euros

Descrição	31.12.2021		
	Capital	Juros	Total
Até um ano	30.703,90	3.672,17	34.376,07
De um a cinco anos	219.296,10	3.933,82	223.229,92
Mais de cinco anos	-	-	-
Total	250.000,00	7.605,99	257.605,99

A 28 de junho de 2021, celebrou-se um contrato de financiamento com o Banco Comercial Português, S. A., no montante de € 250.000,00, que vence juros à Taxa EURIBOR a 180 dias, acrescido de um *spread* de 1,00% pelo prazo de 5 anos, reembolsável em prestações de capital e juros a partir de julho de 2021.

Em 2021, os valores pagos nas prestações foram os seguintes:

Unidade monetária: euros

Ano	Amortização capital	Juros	Total prestações
2021	0,00	1.249,97	1.249,97

O quadro seguinte indica o valor prestacional mensal a pagar em 2022:

Unidade monetária: euros

Data prestação	Amortização capital	Juros	Prestação
28-01-2022	0,00	208,33	208,33
28-02-2022	0,00	208,33	208,33
28-03-2022	0,00	194,44	194,44
28-04-2022	0,00	208,33	208,33
28-05-2022	0,00	208,33	208,33
28-06-2022	0,00	208,33	208,33
28-07-2022	5.106,67	208,33	5.315,00
28-08-2022	5.110,92	204,08	5.315,00
28-09-2022	5.115,18	199,82	5.315,00
28-10-2022	5.119,44	195,56	5.315,00
28-11-2022	5.123,71	191,29	5.315,00
28-12-2022	5.127,98	187,02	5.315,00
Total	30.703,90	2.422,19	33.126,09

15. Fornecedores

O saldo da rubrica “Fornecedores” apresenta os seguintes valores:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	58.579,73	44.573,60
Total	58.579,73	44.573,60

16. Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:



Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Fornecedores de Investimentos	-	20.000,00
Credores por acréscimos de gastos	112.462,04	110.467,18
Remunerações a liquidar	108.149,21	107.331,04
Outros acréscimos	4.312,83	3.136,14
Clientes e utentes	17,34	144,54
Outros credores	11.587,30	6.627,13
Total	124.066,68	137.238,85

17. Serviços prestados

Para 2021 e 2020 foram apurados os seguintes valores:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Prestação de Serviços		
Quotas utilizadores	99.135,96	100.381,96
Quotas individuais	82.824,96	84.363,96
Quotas empresas	16.311,00	16.018,00
Serviços da atividade específica	715.777,79	751.833,24
Transporte pessoas - Assistência em saúde	548.186,11	581.643,03
Mensalidades Centro Infantil Bougado	130.463,92	125.623,07
Outros serviços	37.127,76	44.567,14
Total	814.913,75	852.215,20

Tal como aconteceu em 2020 relativamente a 2019, a rubrica "Serviços prestados" teve, em 2021, uma diminuição - € 37.301,45 - relativamente a 2020. Este valor é explicado, quase na sua totalidade, pela diminuição no valor faturado em "Transporte pessoas e assistência em saúde".

18. Subsídios, doações e legados à exploração

Nos exercícios de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes saldos na rubrica de "Subsídios, doações e legados à exploração":

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos	704.602,34	685.695,12
Câmara Municipal da Trofa	149.484,57	143.731,15
ANEP - Autoridade Nacional Emergência e Proteção Civil	164.362,26	192.576,64
INEM-Instituto Nacional Emergência Médica	50.600,00	37.600,00
IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional	38.365,48	29.879,82
CRSSP_Centro Regional da Segurança Social do Porto	272.684,00	245.673,19
Junta de Freguesia de Bougado	-	3.200,00
Instituto Segurança Social	29.106,03	33.034,32
Total	704.602,34	685.695,12

O valor dos “Subsídios, doações e legados à exploração” teve um acréscimo de € 18.907,22 entre o término de 2020 e 2021.

Foram atribuídos/pagos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, para ressarcimento de gastos/apoios relativos à epidemia SARS-CoV2, os valores abaixo discriminados:

Unidade monetária: euros

ANEPC - Dispositivo Equipas Espec. Pandemia SARS-CoV2	20.655,00
IEFP - Apoio à manutenção dos postos de trabalho	22.610,00
Segurança Social - Layoff Simplificado	29.407,78
Total	72.672,78

19. Custo das matérias consumidas

Em 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Custo das matérias consumidas		
Existência inicial	-	-
Compras	16.207,20	11.115,98
Existência final	-	-
Total	16.207,20	11.115,98

20. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” em 2021 e 2020 foi a seguinte:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Serviços Especializados	150.279,28	200.455,04
Trabalhos especializados	18.227,40	22.471,63
Conservação e reparação	98.467,30	145.260,60
Outros serviços	33.584,58	32.722,81
Materiais	21.859,28	21.043,56
Energia e fluidos	149.594,30	135.752,64
Deslocações, estadas e transportes	2.010,73	1.700,62
Serviços diversos	92.510,77	97.350,60
Rendas e alugueres	7.844,86	5.643,10
Comunicação	10.088,88	9.819,28
Seguros	39.944,07	44.246,90
Solenidades e festas	9.294,67	946,61
Contencioso e notariado	1.879,22	2.378,57
Limpeza, higiene e conforto	18.347,37	31.652,14
Outros serviços	5.111,70	2.664,00
Total	416.254,36	456.302,46



21. Gastos com o pessoal

Os gastos que a Entidade registou com os colaboradores foram os seguintes:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Remunerações ao Pessoal	766.708,89	751.706,85
Indemnizações	11.622,66	7.279,92
Encargos sobre as Remunerações	142.552,28	137.057,28
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.185,99	15.963,46
Outros Gastos com o Pessoal	31.042,07	31.825,20
Total	965.111,89	943.832,71

O aumento de € 21.279,18 registado nesta rubrica deve-se, essencialmente, ao aumento generalizado da massa salarial e ao pagamento de indemnizações a Pedro Laurentino (€ 6.500,00) e a Catarina Rocha (€ 4.708,66).

O número médio de trabalhadores em 2021 e 2020 foi de 60.

22. Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros Rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Unidade monetária: euros

	2021	2020
Outros rendimentos	103.100,81	139.504,41
Correções relativas a períodos anteriores	441,11	2,58
Imputação de Subsídios/Doações para investimento	70.768,32	105.389,92
Ganhos em Outros Instrumentos Financeiros	1.726,30	-
Donativos	24.767,34	22.961,57
Outros rendimentos não especificados	5.397,74	11.150,34
Juros de depósitos bancários	51,14	257,52
Total	103.151,95	139.761,93

Relativo ao valor € 5.397,74 de "Outros rendimentos não especificados", estão inscritos, entre outros, valores recebidos relativamente a injunções de tribunais (€ 3.900,00), a devolução de custas judiciais (€ 618,38) e a indemnizações por sinistros (€ 630,00).

23. Outros Gastos

A rubrica de "Outros Gastos" está assim dividida:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Impostos	2.101,77	1.660,53
Outros	3.624,25	1.001,59
Correções relativas a exercicios anteriores	1.653,35	0,78
Quotizações	750,00	750,00
Outros não especificados	1.220,90	250,81
Total	5.726,02	2.662,12

24. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Unidade monetária: euros

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1.249,97	-
Outros gastos e perdas de financiamento	15,00	-
Total	1.264,97	-

25. Garantias prestadas

Em 31/12/2021, a entidade apresentava as seguintes responsabilidades, junto do Banco de Portugal:

Unidade monetária: euros

Banco	Nível de responsabilidade	Produto Financeiro	Saldo do financiamento 2021.12.31	Valor Prestação	Montante da Garantia	Tipo de Garantia
Millennium BCP	Devedor	Financiamento Atividade	250.000,00	5.315,00 €	200.000,00	1000
			250.000,00		200.000,00	

26. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, no período de 2021, foram de € 3.690,00 (IVA incluído) referentes exclusivamente a revisão legal das contas de 2021.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção em 09 de março de 2022.

27. Matérias ambientais

A entidade não é abrangida por qualquer incentivo público referente a esta matéria. Não ocorreram dispêndios com multas e outras penalidades pelo não cumprimento dos regulamentos ambientais e indemnizações pagas a terceiros.

28. Acontecimentos após data de Balanço

Entre os dias 01 e 09 de janeiro de 2022, por Deliberação Governamental, a Creche/Jardim de Infância encerraram, levando ao acionamento do Layoff Simplificado e, conseqüentemente, ao recebimento do respetivo subsídio por parte da Segurança Social.

29. Aplicação do Resultado Líquido

No que respeita ao exercício de 2020, o órgão de gestão propôs, no seu relatório anual, que o resultado líquido, no montante de € 8.649,62, fosse transferido para Resultados Transitados.

No que respeita ao exercício de 2021, o órgão de gestão propõe, no seu relatório anual, que o resultado líquido negativo, no montante de € 39.489,65, seja aplicado como segue:

- Resultados Transitados € -39.489,65

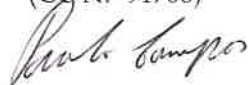
30. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 09 de março de 2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de sócios nos termos dos estatutos da entidade e da legislação comercial e societária em vigor em Portugal.

Trofa, 09 de março de 2022

O Contabilista Certificado

(CC N.º 91766)



A Direção



ACTAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos dos estatutos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, vem o Conselho Fiscal apresentar o Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas apresentados pela Direção relativos ao exercício de 2021.

Acompanhámos a gestão corrente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Trofa, analisámos, por amostragem, a documentação que serve de suporte à relevação contabilística do exercício e confirmamos os valores constantes das demonstrações financeiras, as quais compreendem o Balanço em 2021.12.31, (que evidencia um total 3.524.645,68€ e um total de fundos patrimoniais de 3.070.108,31€, incluindo um resultado líquido negativo de 39.489,65€), a Demonstração de Resultados por Naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Da parte dos membros da Direção recebemos os esclarecimentos solicitados. Face ao referido no nosso relatório e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de Parecer que:

- a) *Sejam aprovados o Relatório e Contas, apresentado pela Direção, referentes ao exercício de 2021;*
- b) *Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado contida naquele relatório.*

Por último, propomos um voto de louvor aos membros da Direção pela eficiência demonstrada no desempenho das suas funções.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram doze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos presentes, depois de lida e aprovada.

Jose Luis Campos Reis
Gestor



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de **3.524.645,68 euros** e um total de fundos patrimoniais de **3.070.108,31 euros**, incluindo um resultado líquido negativo de **39.489.65 euros**), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA TROFA** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com



acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

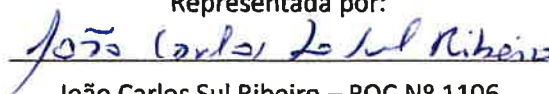
Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Trofa, 10 de março de 2022

ARMINDO COSTA, SERRA CRUZ, MARTINS E ASSOCIADOS, SROC

(inscrita na CMVM sob o n.º 20161397)

Representada por:



João Carlos Sul Ribeiro – ROC N.º 1106

(inscrito na CMVM sob o n.º 20160718)

